



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Hypera S.A. ("Companhia" ou "Hypera Pharma") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Diretoria

A Hypera Pharma registrou crescimento de *sell-out* no varejo farmacêutico, que compreende as vendas dos produtos da Companhia nas farmácias e distribuidores, de 6,8% em 2025, de acordo com o IQVIA, com aumento de participação de mercado nas categorias em que a Companhia atua. O crescimento anual do *sell-out* foi impulsionado principalmente pelo desempenho em Antitigripais, Gastroenterologia, Cardiologia e Hidratação da Pele, categorias que foram beneficiadas por importantes lançamentos nos últimos anos.

O processo de otimização de capital de giro anunciado em 2024 foi concluído com sucesso e antes do previsto no início de 2025, e permitiu a expressiva redução do prazo médio de recebimento para aproximadamente 60 dias a partir do 2T25 e a diminuição dos investimentos em capital de giro como percentual da Receita Líquida anualizada do trimestre para 30% no 4T25.

Em 2025, a Hypera Pharma fortaleceu significativamente a governança corporativa e a sustentabilidade de seu negócio, sobretudo com a celebração do novo acordo de acionistas e com a nova composição do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento.

O Votorantim S.A., *holding* de investimentos com mais de 100 anos de atuação e que tem como objetivo a busca por retornos financeiros superiores com impactos socioambientais positivos em seus investimentos de longo prazo, passou a fazer parte do bloco de controle, fortalecendo ainda mais a governança corporativa e o processo de tomada de decisões estratégicas, contribuindo com a geração de valor para a Companhia e seus acionistas.

A composição do Comitê de Pessoas, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Governança e Sustentabilidade também foi atualizada com o objetivo de fortalecer a independência, a competência técnica e a governança dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Além disso, como reflexo das práticas e compromissos sustentáveis de longo prazo, a Companhia foi selecionada mais uma vez em 2025 para integrar o *FTSE4Good Index Series* da Bolsa de Londres, além do ISE, do IC02 e o do IDiversa da B3.

Mais informações sobre a atuação da Companhia e suas subsidiárias em relação a temas relacionados ao ambiente, pessoas, responsabilidade social e governança corporativa podem ser encontradas no Relatório Anual de Sustentabilidade, disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.hypera.com.br/>, incluindo dados quantitativos e discussões qualitativas sobre indicadores ESG relevantes.

Por fim, a Hypera Pharma concluiu com sucesso a migração do seu sistema de gestão para o SAP S/4HANA, uma plataforma robusta que permitirá maior eficiência e agilidade, trazendo ganhos em desempenho, simplificação de processos, qualidade da informação e na integração entre os aplicativos utilizados pela Companhia. Com isso, a Hypera Pharma fortalece sua capacidade de tomada de decisão, beneficiando sua produtividade operacional e criando uma base tecnológica sólida para sustentar o seu crescimento de longo prazo.

Principais Indicadores

A Receita Líquida foi de R\$7.699,2 milhões em 2025, um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior, e não acompanhou o ritmo de crescimento do *sell-out* no ano em razão: (i) do impacto negativo nas vendas decorrente do processo de otimização de capital de giro concluído no 2T25; (ii) da diminuição da Receita Líquida no Mercado Institucional, que foi impactada negativamente pelo menor nível de vendas ao setor público; e (iii) do crescimento dos Descontos Promocionais para impulsionar o crescimento do *sell-out* em genéricos.

O Lucro Bruto alcançou R\$4.545,5 milhões em 2025, com margem de 59,0%, patamar semelhante ao registrado em 2024. É importante mencionar que o Lucro Bruto e a Margem Bruta de 2024 e 2025 foram impactados pela alteração do *mix* de produtos vendidos e pela menor alavancagem operacional em razão do processo de otimização de capital de giro iniciado no 3T24 e concluído no 2T25, que resultou na redução da Receita Líquida com o objetivo de reduzir os estoques nos clientes e, consequentemente, o prazo médio de recebimento.

As Despesas de Marketing cresceram 11,3% em 2025 e totalizaram R\$1.475,8 milhões. O crescimento das Despesas de Marketing em patamar superior ao do *sell-out* é resultado principalmente do aumento dos investimentos em Propaganda e Promoção ao Consumidor e Marketing no Ponto de Venda, em linha com a estratégia da Companhia de impulsionar o crescimento do *sell-out* do portfólio de marcas, sobretudo através do maior investimento em mídias digitais.

As Despesas com Vendas cresceram 2,7% no ano e totalizaram R\$987,9 milhões. O crescimento das Despesas com Vendas em patamar inferior ao do *sell-out* é consequência principalmente das sinergias operacionais obtidas com a alteração promovida pela Companhia em sua estrutura de vendas no 1T25, que buscou maior alinhamento com o novo modelo comercial implementado junto aos clientes durante o processo de otimização de capital de giro.

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram redução de 9,3% em 2025, consequência principalmente da diminuição das despesas com as estruturas administrativas.

O EBITDA das Operações Continuadas foi de R\$2.081,5 milhões no ano, com redução de 0,9% na comparação com o ano anterior, principalmente por conta do impacto nas vendas decorrente do processo de otimização de capital de giro concluído no 2T25. No 4T25, o EBITDA das Operações Continuadas alcançou R\$748,4 milhões, com margem de 33,5%, patamar semelhante ao registrado no 3T25 e no 2T24, antes do início do processo de otimização de capital de giro.

O Lucro Líquido das Operações Continuadas apresentou redução de 10,7% no ano, consequência principalmente da diminuição de 17,8% do montante positivo de Imposto de Renda e Contribuição Social e do maior patamar de Despesas Financeiras na comparação com o ano anterior.

A Companhia registrou maior patamar Anual de Fluxo de Caixa Operacional em 2025, de R\$2.574,4 milhões, mesmo com a redução do EBIT das Operações Continuadas registrado no mesmo período. Esse crescimento é consequência principalmente da redução dos investimentos em capital de giro como percentual da Receita Líquida anualizada após a conclusão do processo de otimização de capital de giro.

O Fluxo de Caixa Livre alcançou R\$1.738,3 milhões no ano, ante R\$1.760,8 milhões em 2024, e foi impactado pelo maior patamar de investimentos em ativo imobilizado, com destaque para os investimentos no *site* para a extração de escopolamina e na fábrica de Itapeçica da Serra/SP para internalização das marcas adquiridas nos últimos anos.

Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico global em 2025 permaneceu desafiador e foi mais uma vez influenciado por tensões geopolíticas e pelo avanço de políticas comerciais protecionistas nas principais economias globais. De acordo com o relatório *Global Economic Prospects*, divulgado pelo Banco Mundial no início de 2026, o crescimento da economia global em 2025 deve ser de 2,7%, patamar semelhante ao registrado no ano anterior e ainda abaixo da média histórica registrada no período entre 2000 e 2019, antes do início da pandemia de Covid-19.

No Brasil, o ano evidenciou o maior estresse nas contas públicas e a trajetória ascendente da dívida, que contribuiu para a elevação da taxa básica de juros (Selic) para 15% ao ano no final de 2025, ante 12,25% ao final de 2024, com sinalização de postura cautelosa pelo Comitê de Política Monetária quanto a eventuais ajustes futuros, condicionados à convergência da inflação e à evolução do cenário fiscal. Esse aumento da taxa de juros (Selic) contribuiu para a desaceleração do crescimento do PIB brasileiro em 2025 para 2,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e para a redução do patamar de inflação, com o IPCA acumulado no ano fechando em 4,26%, ante 4,83% em 2024.

Depois de subir quase 30% em 2024 e encerrar o período em R\$6,18, o Dólar americano apresentou desvalorização frente ao Real brasileiro de aproximadamente 11% em 2025, e encerrou o ano cotado em R\$5,49, refletindo sobretudo as apostas em novos cortes de juros pelo *Federal Reserve*, além de incertezas sobre a condução da economia pelo governo norte-americano.

O ano de 2025 foi marcado ainda por avanços significativos na regulamentação da reforma tributária, que tende a beneficiar a população brasileira com o aumento do acesso à saúde por conta da provável redução da carga tributária sobre medicamentos, e também pela continuidade da trajetória de queda da taxa média de desemprego, que mesmo em um ambiente macroeconômico mais restritivo por conta do maior patamar de juros passou de 6,6% em 2024 para 5,6% em 2025, sustentada pela expansão do emprego formal e pela manutenção da renda real, que também contribuiu para a resiliência do consumo das famílias.

A combinação da redução da taxa de desemprego no Brasil com o constante aumento do cuidado com a saúde e com o envelhecimento da população mantêm perspectivas positivas para o crescimento do setor farmacêutico brasileiro em 2026.

Perspectivas

Em outubro de 2025, o IQVIA projetava crescimento de 11,5% para o mercado farmacêutico brasileiro em 2026 (incluindo os canais varejo e institucional, em USD), seguido de expansões de 10,6%, 9,9% e 8,9%, respectivamente, para os anos de 2027, 2028 e 2029.

O envelhecimento populacional no Brasil é o principal fator que contribui para tais estimativas, uma vez que o consumo de medicamentos das pessoas com mais de 60 anos é maior do que o de faixas etárias mais jovens. Além do envelhecimento populacional, o aumento da incidência de doenças da 3ª idade por conta do estilo de vida da população, o potencial de aumento da aderência aos tratamentos de terapias crônicas, a quantidade de lançamentos de novos produtos e a adoção de novas tecnologias tendem a contribuir positivamente para o crescimento do mercado farmacêutico brasileiro.

Perfil

A Hypera Pharma é uma das maiores e mais diversificadas empresas farmacêuticas do Brasil e está presente em todos os segmentos relevantes do setor. Com posição de liderança em diversas categorias, oferece produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação e crescendo de forma sustentável, para que as pessoas vivam mais e melhor.

Com visão de futuro e inovação, a Hypera Pharma conta com um dos maiores e mais modernos centros de pesquisa farmacêutica do Brasil, na estrutura de sua subsidiária Brainfarma. O centro conta com uma equipe de profissionais altamente qualificados, incluindo mestres e doutores, para o desenvolvimento de medicamentos, dermocosméticos e produtos para a saúde, utilizando tecnologia de ponta para ser pioneira no lançamento de novos tratamentos no Brasil. Sediada em São Paulo e listada no Novo Mercado da B3 desde 2008, a Companhia atua nos

segmentos de medicamentos de prescrição, medicamentos isentos de prescrição, similares e genéricos e *Skincare* no varejo farmacêutico, e desde 2021 atua no canal institucional, composto por hospitais e clínicas públicos e privados.

Portfólio & Inovação

A Companhia reforçou seu portfólio de produtos com diversos lançamentos em 2025, com destaque para as extensões de linha de importantes marcas em Gastroenterologia, Dor, Proteção Solar, Hidratação e Limpeza de Pele em medicamentos isentos de prescrição e *Skincare*, e novos produtos em Cardiologia, Sistema Nervoso Central e Sistema Respiratório em medicamentos de prescrição. Em similares e genéricos, a Companhia avançou em sua estratégia para aumento de cobertura de moléculas, com importantes lançamentos em Sistema Nervoso Central, Cardiologia e Gastroenterologia.

Investimentos

Em 2025, a Companhia e suas subsidiárias investiram cerca de R\$2,5 bilhões para a expansão de sua presença no setor farmacêutico brasileiro, pavimentando o caminho para disputar a liderança nesse mercado. Esse montante engloba valores aplicados em mídia, ponto de venda e visitação médica, pesquisa e desenvolvimento, e no aumento da capacidade de produção.

Emissão de Debêntures

Em 29 de janeiro de 2025, foi efetuada a emissão de 530.000 debêntures não conversíveis da 19ª emissão pública, *série única*, no valor total de R\$530,0 milhões, com preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) e juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das DI - Depósitos Interfinanceiros + *spread* de 0,90% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, em 15 de janeiro de 2029 e 15 de janeiro de 2030. Os recursos obtidos por meio da Emissão foram utilizados no processo de repêrfilamento de dívidas da Companhia.

Em 15 de agosto de 2025, foi efetuada a emissão de 1.000.000 debêntures não conversíveis da 20ª emissão pública, *série única*, no valor total de R\$1,0 bilhão, com preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) e juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das DI - Depósitos Interfinanceiros + *spread* de 0,75% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, em 15 de agosto de 2029 e 15 de agosto de 2030. Os recursos obtidos por meio da Emissão foram utilizados no processo de repêrfilamento de dívidas da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2025, foi efetuada a emissão de 1.250.000 debêntures não conversíveis da 21ª emissão pública, *série única*, no valor total de R\$1,25 bilhão, com preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) e juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das DI - Depósitos Interfinanceiros + *spread* de 0,85% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela, em 16 de dezembro de 2030. Os recursos obtidos por meio da Emissão foram utilizados no processo de repêrfilamento de dívidas da Companhia.

Gestão de Pessoas

Em 2025, a Hypera Pharma deu continuidade à evolução de suas práticas de gestão de pessoas, com foco no desenvolvimento de talentos, no fortalecimento da cultura organizacional e na criação de um ambiente de trabalho alinhado à sua estratégia de negócios. As iniciativas implementadas ao longo do ano reforçam o compromisso da Companhia com a qualificação de suas pessoas, a excelência operacional e o bem-estar dos colaboradores, apoiadas por educação corporativa estruturada, uso de tecnologia e práticas alinhadas à agenda de sustentabilidade.

No âmbito da **Educação Corporativa**, a Companhia avançou na consolidação de seu modelo de desenvolvimento. Pela primeira vez, a definição dos temas do Plano de Educação Corporativa contou com um levantamento de necessidades, com participação ativa da liderança, assegurando maior alinhamento entre as prioridades do negócio e as ações de capacitação.

Em 2025, foi lançada a plataforma **Saber+**, novo ambiente de aprendizagem (LMS) da Companhia, ampliando o acesso a conteúdo, trilhas e experiências de desenvolvimento. Também foram estabelecidos dois temas prioritários para a organização: *Gestão da Mudança*, voltado às lideranças, e *Resolução de Problemas e Pensamento Crítico*, direcionado tanto a líderes quanto a contribuidores individuais. Adicionalmente, foi estruturada uma trilha específica para a Alta Liderança, composta por cinco temas estratégicos.

Dentro do **Ciclo de Alta Performance (CAP)**, a Companhia lançou três ciclos de *feedback* ao longo do ano, com 85% de adesão dos colaboradores, além de promover o aprimoramento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), fortalecendo a cultura de desenvolvimento contínuo. Já em **Cultura e Clima**, foram realizados *workshops* para toda a liderança e conduzida a Pesquisa Pulso, com participação de todos os colaboradores. A partir dos resultados, foram constituídos Comitês de Clima e elaborados planos de ação corporativos, por área e por liderança, com foco no fortalecimento do engajamento e da cultura organizacional.

A Companhia manteve seus programas de estágio e *trainee* com o propósito de capacitar jovens profissionais e fortalecer seu pipeline de talentos. Em 2025, foi iniciada a segunda edição do Programa de Trainee, com a contratação de oito profissionais de diferentes regiões do país, contribuindo para a diversidade de experiências e formações na organização.

Houve também a continuidade do Programa de Estágio de Férias, que proporciona a universitários a vivência de desafios corporativos durante o período de recesso acadêmico, promovendo uma aproximação entre a formação acadêmica e a prática profissional.

A Companhia realizou ainda oficinas de desenvolvimento de competências comportamentais, orientações para processos seletivos e apoio na elaboração de currículos, ampliando o acesso de mais de 300 jovens aprendizes ao mercado de trabalho.

A Hypera Pharma também desenvolveu, em parceria com instituições de ensino, um programa com foco na capacitação de talentos da comunidade. A iniciativa visa contribuir para o desenvolvimento da mão de obra local e para a formação de profissionais aptos a futuras oportunidades na Companhia, em diferentes áreas e níveis. Em 2025, foram realizadas três turmas do programa, totalizando mais de 700 pessoas capacitadas.

A Companhia também aprimorou e ampliou o alcance de suas iniciativas de saúde e bem-estar. Nesse contexto, foram reforçados os programas existentes, com a capacitação de todas as lideranças por meio da reciclagem do Programa Recomeço Tem Valor, voltado à prevenção e ao enfrentamento da dependência química. Adicionalmente, foi implementado o treinamento *on-line* para gestantes no âmbito do Programa Nova Vida Tem Valor e inaugurada a farmácia interna na planta de Itapeçica, ampliando o acesso dos colaboradores a ações e serviços voltados à saúde e ao cuidado integral.

Ao longo de 2025, a Companhia fortaleceu sua agenda de **Diversidade e Inclusão** por meio da atuação do Comitê de Diversidade e do Programa de Inclusão e Diversidade, com foco nos pilares de gênero, etnia, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e gerações.

No período, foram realizados *workshops* de sensibilização voltados ao Comitê Executivo e à Alta Liderança, com foco no fortalecimento de uma atuação mais consciente e alinhada aos princípios de Diversidade e Inclusão. Além disso, foi lançada uma trilha de aprendizagem obrigatória em Diversidade e Inclusão no portal de educação corporativa, destinada a todos os colaboradores da Companhia, reforçando o compromisso com a promoção de uma cultura inclusiva em todos os níveis da organização.

Também foram ampliadas as ações de engajamento e as práticas afirmativas nos processos de Atracão e Seleção, com destaque para o Programa de Estágio, especialmente nas áreas de TI, Digital, Gente & Gestão e Pesquisa e Desenvolvimento. As iniciativas foram complementadas por uma agenda contínua de encontros, *lives*, clubes de leitura, rodas de conversa e materiais educativos, voltados à promoção do respeito, da conscientização e do fortalecimento de uma cultura cada vez mais diversa e inclusiva.

Por fim, com o objetivo de seguir as melhores práticas de transparência e governança, a Companhia divulga abaixo as informações adicionais relacionadas à diversidade e equidade, conforme a Lei 15.177/25. Mais informações sobre a atuação da Companhia e suas subsidiárias em relação a temas relacionados pessoas podem ser encontradas no Relatório Anual de Sustentabilidade, disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.hypera.com.br/>.

1 - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico:

	2025		Variação da proporção em p.p. 2025 vs. 2024
	Mulheres	Proporção	
Gerentes e Diretoras	16	45,7%	3,6
Coordenadores, Supervisores e Especialistas	28	58,3%	17,3
Demais	1.419	57,2%	2,0

*proporção considera a relação da quantidade de mulheres sobre o total.

2 - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia:

	2025		Variação da proporção em p.p. 2025 vs. 2024
	Quantidade em 2025	Proporção em 2025	
Conselho de Administração	3	30,0%	-3,33
Diretoria Estatutária	1	20,0%	-

*proporção considera a relação da quantidade de mulheres sobre o total.

3 - Remuneração média segregada por sexo relativa a cargos ou funções similares da Companhia (em R\$)*:

	2025		Variação 2025 vs. 2024	
	Homens	Mulheres	2025 vs. 2024	2025 vs. 2024
Gerentes e Diretoras	67.405,16	62.035,95	-4,0%	-2,0%
Coordenadores, Supervisores e Especialistas	26.041,08	25.744,22	-2,1%	-1,5%
Demais	12.287,00	11.230,17	2,3%	-0,3%

*considera a remuneração total fixa, variável e eventual.

Mercado de Capitais

As ações de emissão da Hypera Pharma (HYPE3) são negociadas sob o símbolo HYPE3 no Novo Mercado da B3 - segmento da bolsa brasileira que congrega as companhias abertas com os mais elevados padrões de governança corporativa no Brasil.

Ao final de 2025, o total de ações de emissão da Companhia era de 633.420.823 ações ordinárias, das quais aproximadamente 47% estavam em livre circulação no mercado. As ações HYPE3 encerraram o ano cotadas a R\$23,56, ante R\$18,09 ao final de 2024, e o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, encerrou o ano em 161.125 pontos, ante 120.283 pontos em 2024.

A Companhia possui também um Programa de *ADRs* (*American Depositary Receipts*) nível I, com títulos negociados em mercados de balcão não organizado nos Estados Unidos.

Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da controladora e após a constituição das reservas previstas em lei. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações de emissão da Companhia e irá depender de diversos fatores, dentre eles, resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros eventuais elementos que o Conselho de Administração e os acionistas julgarem relevantes.

Em 2025, a Hypera Pharma aprovou a distribuição de aproximadamente R\$740,1 milhões a acionistas sob forma de juros sobre o capital próprio (JCP). A tabela a seguir indica o histórico de Dividendos aprovados nos últimos três exercícios sociais, incluindo os Juros Sobre Capital Próprio:

	2023	2024	2025
Dividendos totais (R\$ milhões)	779,1	738,9	740,1
Dividendo por ação (R\$)	1,23	1,17	1,17

Pilar Social

A Hypera Pharma tem "Responsabilidade Social" como um dos principais pilares de sua atuação corporativa, investindo em projetos sociais alinhados a seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários.

Doações: Em 2025, a Companhia realizou doações de medicamentos, com destaque para o apoio às demandas emergenciais da população de Ribeirão das Neves (MG), contribuindo para o atendimento a necessidades de saúde da comunidade local e reforçando seu compromisso com a responsabilidade social.

Instituto Semear: A Hypera Pharma apoiou as ações desenvolvidas pelo Instituto Semear com bolsistas patrocinados pela Companhia, que foram acompanhados em mentorias por colaboradores durante todo o projeto. O Instituto Semear é uma organização sem fins lucrativos (ONG), com o objetivo de oferecer oportunidades de desenvolvimento para jovens universitários de baixa renda, para que eles permaneçam no ensino superior lutando pelos seus sonhos e alcancem o emprego de seus sonhos. Por meio da Bolsa-Auxílio, Mentoria e Rede de Contatos, os três pilares fundamentais do Instituto Semear, os jovens se desenvolvem para se tornarem líderes multiplicadores.

Pilar Ambiental

Alinhada à gestão de recursos hídricos, a empresa deu início, em janeiro de 2024, ao projeto de adoção de áreas de nascentes, resultado de uma cooperação com a Prefeitura de Anápolis no Programa Adote uma Nascente para a recuperação e preservação ambiental, por meio de obra civil de contenção de solo e recuperação florestal totalizando investimento de aproximadamente R\$4,0 milhões. Em 2025 a empresa concluiu toda obra de recuperação da área da nascente do córrego Piteiras, um afluente do Rio Caldas, importante rio de abastecimento do distrito agroindustrial de Anápolis e segue monitorando a área para sua total recuperação.

Ao longo de 2025, o Comitê de Eficiência de Recursos Naturais (COMEF), criado em 2021 para promoção do uso eficiente de recursos naturais, desenvolveu ações e projetos que otimizarão o índice de eficiência de geração de resíduos, o índice de eficiência de água, a eficiência energética e a redução de emissões de gases de efeito estufa de escopo 1, alcançando índices mais eficientes se comparados com os do ano de 2024.

No complexo fabril de Anápolis, operado pela subsidiária Brainfarma, as iniciativas incluíram a redução do envio de resíduos comuns para aterros sanitários, cumprimento das metas de 2025 para resíduos sólidos e emissões de CO₂ por unidade produzida, e melhorias no Programa de Eficiência Energética. Outro ponto que vale destaque é que 96% dos resíduos gerados nas unidades fabris são recuperados sejam através da reciclagem, reutilização ou reaproveitamento.

O Sistema de Gestão Ambiental da unidade também se consolidou como uma ferramenta robusta e eficaz e executou auditorias ambientais, controle de ocorrências e avaliação de aspectos e impactos ambientais garantindo maior segurança ambiental para os sites e minimizando riscos ambientais associados às suas operações.

Em 2025, a Companhia avançou de forma consistente em sua agenda de eficiência energética por meio do **ProEnerg**, programa estruturado para promover a otimização contínua do consumo de recursos e a redução de desperdícios. As ações implementadas ao longo do ano resultaram em uma economia expressiva de 891.213,14 m³ (14,1% de combustíveis e 4.884.455,74 kWh (5,6%) de energia elétrica, valores obtidos a partir de medições diretas e comparados ao orçamento operacional estabelecido. Esses resultados reforçam o compromisso da Hypera Pharma com a melhoria da performance ambiental, contribuindo para a redução de custos, emissões associadas e para o fortalecimento da governança energética nas operações.

O projeto de Recuperação da Nascente da Companhia recebeu o segundo lugar no Prêmio Sindusfarma e o segundo lugar no Prêmio de Sustentabilidade da Indústria Goiana pela FIEG com o Programa Plantar, programa de hortas orgânicas na comunidade promovido pela Companhia desde 2013 e que impacta mais de 100 mil pessoas anualmente nos estados de Goiás e São Paulo. Em 2026, a Companhia passará a suprir sua demanda elétrica por meio de um modelo de autoprodução de energia solar, o que representa um avanço estratégico significativo na agenda de sustentabilidade corporativa. Essa medida permitirá uma redução substancial das emissões de Escopo 2, uma vez que a eletricidade consumida deixará de ser majoritariamente proveniente da matriz elétrica convencional, cuja intensidade de emissões, embora relativamente baixa no Brasil, ainda incorpora fontes fósseis e variações sazonais. Com a adoção da autoprodução, a Companhia passa a contar com uma fonte limpa, renovável e de alta previsibilidade, contribuindo diretamente para a mitigação de gases de efeito estufa, além de fortalecer a resiliência energética, reduzir exposição a volatilidades tarifárias e alinhar-se às melhores práticas ESG e às metas globais de descarbonização.

Devido à transparência da Companhia na divulgação de suas emissões de gases de efeito estufa, a Hypera Pharma integrou mais uma vez o IC0₂, Índice Carbono Eficiente, da B3. Ainda em 2025, a Companhia manteve o score 'B' no *CDP* (*Carbon Disclosure Project*), acima da média global do setor farmacêutico.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que, no exercício de 2025, a Companhia contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, referentes ao processo de asseguuração limitada de dados do relatório de sustentabilidade do exercício de 2024 da Companhia. A remuneração total por tais serviços foi de R\$35,7 mil, ou 1,2% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa. Os auditores independentes declararam à Administração que não possuem fatores que afetem a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Câmara de Arbitragem

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as disputas e controvérsias decorrentes de ou relacionadas ao Estatuto Social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da B3 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3.

Informações Gerais

Jurisdição fiscal	Brasil
Entidades que fazem parte da jurisdição fiscal	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., My Agência de Propaganda Ltda., Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A., Simple Organic Beauty S.A., Mantecorp Participações S.A., Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda., Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda. e Solana Agropecuária Ltda.
Descrição das atividades	Fabricação e distribuição de medicamentos, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
Número de funcionários ao final de 2025	10.564
Receita líquida em 2025	R\$7.699,2 milhões
Lucro antes dos impostos (LAIR) em 2025	R\$900,1 milhões
Imposto de Renda e Contribuição Social em 2025	R\$290,8 milhões
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos em 2025	-R\$13,8 milhões

HYPERA S.A.
São Paulo, 12 de Março de 2026





→ continuação

Demonstrações FINANCEIRAS 2025

Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	1.090.789	1.236.461	1.645.541	1.739.327
Contas a receber (Nota 11)	1.659.264	2.208.445	1.688.362	2.249.259
Estoques (Nota 12)	839.773	716.529	2.079.176	1.938.600
Tributos a recuperar (Nota 13)	185.365	228.196	387.963	414.561
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	26.790	124.128	26.790	125.455
Dividendos propostos a receber	6.229	5.413	6.229	5.413
Outros ativos (Nota 14)	89.971	90.588	214.302	209.291
	3.897.181	4.609.760	6.048.363	6.681.876
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21(a))	1.773.186	1.277.580	2.250.427	1.684.251
Tributos a recuperar (Nota 13)	21.678	21.648	88.266	65.764
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))		33.995		33.995
Outros ativos (Nota 14)	262.235	236.876	293.736	259.291
	2.057.099	1.570.099	2.632.429	2.043.301
Ativos biológicos				
Investimentos (Nota 15)	8.070.323	7.225.197	194.182	144.494
Imobilizado (Nota 16)	269.992	290.972	4.223.259	3.991.156
Intangível (Nota 17)	10.152.065	10.108.188	12.056.918	11.989.853
	18.492.380	17.624.357	16.477.212	15.833.906
	20.549.479	19.194.456	19.109.641	17.877.207
Total do ativo	24.446.660	23.804.216	25.158.004	24.559.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Patrimônio líquido		Patrimônio líquido		Total do patrimônio líquido
	Capital de ações	Opções de compra de ações	Debêntures em subscrição	Opção bônus	Reserva legal	Reserva de subvenção governamental	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	atribuído aos controladores	atribuído aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido	
Em 1º de janeiro de 2024	4.478.126	978.160	161.667	50.244	(20.277)	(278.927)	262.990	5.736.784	135.357	-	11.504.124	13.749	11.517.873
Integralização de capital com reserva de subvenção governamental (Nota 25(a))	5.227.760	-	-	-	-	-	(5.227.760)	-	-	-	33.203	-	33.203
Exercício de opção de compra de ações em tesouraria	-	(40.010)	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.010)	-	(40.010)
Ágio de participação em controladas	-	-	-	-	(1.903)	-	-	-	-	-	(1.903)	-	(1.903)
Aquisições de ações em tesouraria (Nota 25(d))	-	-	-	-	(55.807)	-	-	-	-	-	(55.807)	-	(55.807)
Alienações de ações em tesouraria (Nota 25(d))	-	-	-	-	53.256	-	-	-	-	-	53.256	-	53.256
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.340.990	-	-	1.340.990	(10.115)	1.330.875
Dividendos intercalares originados de reservas de lucros (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.999)	-	(76.999)	-	(76.999)
Constituição de reserva legal (Nota 25(i))	-	-	-	-	-	67.050	-	-	(67.050)	-	-	-	-
Constituição de reserva para orçamento de capital (Nota 25(i))	-	-	-	-	-	-	-	612.061	(612.061)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	-	-	-	(661.879)	-	(661.879)	-	(661.879)
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.904	1.904
Outros resultados abrangentes													
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	1.306	-	-	-	-	1.306	-	1.306
Em 31 de dezembro de 2024	9.705.886	938.150	194.870	50.244	(22.828)	(279.524)	330.040	509.024	670.419	-	12.096.281	5.538	12.101.819
Em 1º de janeiro de 2025	9.705.886	938.150	194.870	50.244	(22.828)	(279.524)	330.040	509.024	670.419	-	12.096.281	5.538	12.101.819
Exercício de opção de compra de ações em tesouraria	-	-	16.217	-	-	-	-	-	-	-	16.217	-	16.217
Aquisições de ações em tesouraria (Nota 25(d))	-	(30.305)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.305)	-	(30.305)
Alienações de ações em tesouraria (Nota 25(d))	-	-	-	-	(30.466)	-	-	-	-	-	(30.466)	-	(30.466)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	40.906	-	-	-	-	-	40.906	-	40.906
Constituição de reserva legal (Nota 25(i))	-	-	-	-	-	59.768	-	-	-	-	59.768	-	59.768
Constituição de reserva para orçamento de capital (Nota 25(i))	-	-	-	-	-	-	-	395.458	(395.458)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	-	-	-	(740.143)	-	(740.143)	-	(740.143)
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.193)	(3.193)
Outros resultados abrangentes													
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(10.997)	-	-	-	-	(10.997)	-	(10.997)
Participações em outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	(14.833)	-	-	-	-	(14.833)	-	(14.833)
Em 31 de dezembro de 2025	9.705.886	907.845	211.087	50.244	(12.388)	(305.354)	389.808	509.024	1.065.877	-	12.522.029	2.345	12.524.374

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypera S.A. é uma empresa farmacêutica brasileira, que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente e tem como missão "dar acesso à saúde para a população brasileira, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para que as pessoas vivam mais e melhor". É uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo-SP, é listada no Novo Mercado e tem ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão). Quando em conjunto com suas subsidiárias, será denominada "Companhia", exceto se explicitamente indicado. Principais produtos: (a) Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de Primary Care (Cuidados Básicos), estando presente na maior parte das principais classes terapêuticas do país¹² com produtos como Addera D3, Nesina, Dramin, Alivium, Predsim, Lisador e Rinosoro; (b) Com Mantecorp Skincare, oferece dermatocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, segundo informações da Close-Up International. Atua nesse segmento também com as marcas Simple Organic, de produtos orgânicos, veganos e isentos de crueldade animal, e Bioage, focada no mercado de tratamentos estéticos profissionais; (c) A Companhia é líder no mercado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil¹³ com marcas como Apracur, Benegrip, Buscopan, Conistina D Pro, Engov, Epopler, Estomazil, Neosalina, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adocantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca Top of Mind e Similares e Genéricos no Brasil¹⁴. A marca é Top of Mind em genéricos¹⁵ e chega a quase todos os pontos de venda do mercado farmacêutico brasileiro¹⁶ (Distribuição Numérica 95% e Distribuição Ponderada 99%), em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população; e (d) Desde 2021, a Companhia atua também no canal institucional, composto por hospitais e clínicas públicas e privadas, que representam 41% do mercado farmacêutico total no Brasil¹⁷. Nesse mercado, comercializa marcas como Bac-Sulftrin, Buscopan e Dramin injetáveis, além de seu primeiro produto exclusivo para esse canal, o Hyfol (propofol), e do primeiro medicamento biológico da Companhia, o Hyblut, para tratamento de trombose venosa profunda e embolia pulmonar.

¹ Dados IQVIA - MAT Dez/25

² Considerando classificação CT Nivel 1.

³ Mercado Farmacêutico Total Hypera, segmento de mercado MIP, valores em PPP

⁴ Segundo o Datafolha - <https://top-of-mind.folha.uol.com.br/2024/10/top-medicamento-generico-traz-empate-quinqueto.shtml> - Acesso em 15 abr 2025

⁵ Mercado Farmacêutico Total Hypera, segmentação em laboratórios, valores em unidades - MAT Dez/25

⁶ IQVIA Retail Insights MAT Nov/2025

⁷ Fonte: IQVIA World Review Out/25 (Dados YTD Aug 25)

Su principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO, sendo que a sua produção de mercadorias é realizada substancialmente nas controladas Brainfarm Indústria Química Farmacêutica S.A. ("Brainfarm") e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. ("Cosmed"), em unidades situadas no estado de Goiás. As atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, dermatocosméticos e nutricionais estão concentradas no centro de inovação da controlada Brainfarm em Barueri - SP. Estas instalações abrigam tecnologias para desenvolvimento de produtos em diversas formas farmacêuticas, nos seis laboratórios que integram o complexo. A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado ou do resultado abrangente. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, e há premissas e estimativas significativas às demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas, as quais correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2026. **a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB - atualmente denominadas "normas contábeis internacionais"). **b. Operações descontinuadas:** As operações decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas são divulgadas na demonstração do resultado, separado do restante das operações da Companhia, como segue: (i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas". Líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. (ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentados no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações:** (a) **Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não

for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. (b) **Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, commissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparente aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: **•** Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. **•** Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. **•** A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. **•** No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **• Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: **• IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro":**

Demonstrações de Resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operações continuadas				
Receita líquida (Nota 26)	7.841.528	7.509.747	7.699.157	7.442.466
Custo dos produtos vendidos (Nota 27(a))	(4.113.251)	(3.750.357)	(3.153.650)	(3.061.467)
Lucro bruto	3.728.277	3.759.390	4.545.507	4.380.999
Despesas com vendas e marketing (Nota 27(a))	(2.179.099)	(2.016.113)	(2.463.727)	(2.288.299)
Despesas administrativas e gerais (Nota 27(a))	(198.893)	(241.351)	(331.609)	(365.464)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 27(b))	(100.253)	(263.279)	(12.122)	68.533
Equivalência patrimonial (Nota 15(b))	578.476	651.273	26.227	24.181
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.828.508	1.889.920	1.764.276	1.819.950
Receitas financeiras (Nota 27(c))	166.054	231.119	237.337	271.583
Despesas financeiras (Nota 27(d))	(1.274.649)	(1.213.227)	(1.101.540)	(1.112.295)
Resultado financeiro, líquido	(1.108.595)	(982.108)	(864.203)	(840.712)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	719.913	907.812	900.073	979.238
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21(c))	476.151	435.303	290.754	353.762
Resultado líquido das operações continuadas	1.196.064	1.343.115	1.190.827	1.330.000
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas	(695)	(2.125)	(695)	(2.125)
Resultado líquido do exercício</				



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

← **continuação**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7”; IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”; IFRS 10 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas”; e • IAS 7 - “Demonstração dos Fluxos de Caixa”. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - “Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras”:** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **d. Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e a estratégia de hedge de risco e que se adotem uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduziu novos requerimentos de equilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o modelo é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa há o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 15). As controladas são totalmente controladas a partir da data de aquisição e transferido à Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia possui investimentos em coligadas em empreendimentos controlados em conjunto que não são consolidados, mas sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.3. Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloçá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Os ativos adquiridos e passivos assumidos em uma aquisição de negócios são mensurados no reconhecimento inicial a valores justos. O ágio é mensurado como sendo o excedente entre os valores justos da contraprestação transferida e a transferência dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais - R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, como também receita ou despesa financeira. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente convertíveis em moeda reconhecida de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.6. Classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) a custo amortizado, (b) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados ao fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e a valor justo, que são considerados no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge, quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica “Despesas financeiras”, para os instrumentos derivativos. **2.6.1 Comparação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são avaliados no balanço patrimonial usando o método de custo histórico, exceto para o método legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicável depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48, por isso reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do exercício no resultado financeiro. **Hedges de Fluxos de Caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no resultado abrangente dentro do Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor futuro, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.9. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal das negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.10. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções, quando incorridos são lançados em contrapartida ao resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	38,1
Máquinas e equipamentos	19,7
Veículos	5,1
Móveis e utensílios	19,4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso apropriados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas/receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado. **2.11. Intangíveis:** **a. Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirente. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado como investimento na controladora. O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas (*impairment*) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:

	Anos
Edificações	5,7
Veículos	3,0
Equipamentos	5,0

Direito de uso de marcas e licenças

Anos	
5,1	

Direito de uso de software

c. Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos são registrados diretamente no resultado. Já os gastos com desenvolvimento são capitalizados apenas se os custos puderem ser mensurados de forma confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos necessários para concluir o desenvolvimento, além de utilizar e vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, cuja média estimável é de 7,9 anos. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)) - na prática, existe uma única UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas por reconhecimentos referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio ilicido, e então para redução do valor contábil de outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14. Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seu título, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de “cessão de crédito”. Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de participação são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizado durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.16. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação de valores ou prazos incertos. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25. Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas. (Nota 24). Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das provisões nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar:** **a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando as montantes antecipadamente pagas excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetá o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas, quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda diferido ativos e passivos são compensados quando há um direito executível legalmente de compensar os ativos fiscais decorrentes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.18. Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados e diretoria é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento do patrimônio líquido durante o período em que os empregados são beneficiários incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contrariamente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal quando o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e respectiva obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.19. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **Ações em tesouraria:** A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, bem como dos respectivos efeitos de imposto de renda e contribuição social é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes dessas transações são apresentados como reserva de capital. **2.20. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício se objetiva compensar. A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido pelo governo do Estado de Goiás na forma de Crédito Outorgado. Com fundamento no Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado com a Secretaria do Estado da Fazenda de Goiás, este crédito outorgado é utilizado para dedução do ICMS a pagar. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício na rubrica “deduções de vendas”, sendo o crédito efetuado mensalmente de acordo com a emissão de notas fiscais tributadas pelo ICMS. A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir. **2.21. Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.22. Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativas dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo, a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	5,7
Veículos	3,0
Equipamentos	5,0

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **2.23. Resultado por ação:** A Companhia e/ou o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Resultado por ação). O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potencialis ações ordinárias diluívas. **2.24. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório. **2.25. Demonstrações de valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do

Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhia abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis às circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis representam raramente ser iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios estão contempladas abaixo. **a. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 26), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 16 e 17). **b. Vida útil de marcas e ativos imobilizados:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível à vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente por especialistas da Companhia. No exercício, não houve alterações relevantes na vida útil dos bens, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 16). **c. Contingências passivas:** A Nota 24 apresenta informações sobre passivos e contingências que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros, os quais não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **d. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata-se da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade.

4) Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, valor justo, taxa de juros, fluxo de caixa, preço, crédito e da liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que probe negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	Controladora					
	2025		2024			
	USD mil	EUR mil	R\$ mil	USD mil	EUR mil	R\$ mil
Passivo						
Fornecedores	519	31	2.976	218	-	1.371
Cessão de crédito	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	56.310	363.765	65.896	56.701	770.296
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	-	(54.473)	(351.896)	(65.000)	(54.473)	(750.494)
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida	519	1.868	14.845	1.114	2.228	21.173
Consolidado						
	USD mil	EUR mil	R\$ mil	USD mil	EUR mil	R\$ mil
Ativo						
Clientes	-	-	-	(445)	-	(2.795)
Passivo						
Fornecedores	10.811	817	60.837	8.197	-	50.670
Cessão de crédito	27.111	-	149.051	33.708	-	208.345
Empréstimos e financiamentos	-	56.310	363.765	65.896	56.701	770.296
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	-	(54.473)	(351.896)	(66.234)	(54.473)	(758.124)
Outros passivos	844	24	5.132	58	42	589
Exposição líquida	38.766	2.678	226.889	41.180	2.270	268.981

c. Risco do fluxo de caixa e valor justo associado com taxa de juros e inflação: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de ajuste associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TULP, TR e IPCA:

	2025	
	Controladora	Consolidado
Empréstimos financiamentos e Swaps CDI	704.458	730.548
Títulos a pagar	209.439	209.439
Financiamentos TLP	483.456	483.456
Financiamentos TR	60.203	60.203
Debêntures CDI	7.158.974	7.158.974
Debêntures IPCA	638	



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo	Contrapartes	Controladora			
		Valor de Referência (nacional)	Valor Justo a receber (a pagar)	Ganhos (perdas) realizados	
		dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Moeda Estrangeira					
Contratos a termo					
Posição comprada		-	-	-	-
Posição vendida		-	-	-	-
Contratos de Swap					
Posição comprada	BNP, Citibank	351.896	750.494	26.790	119.958 35.166 (40.317)
Subtotal		351.896	750.494	26.790	119.958 35.166 (40.317)

Tipo	Contrapartes	Controladora			
		Valor de Referência (nacional)	Valor Justo a receber (a pagar)	Ganhos (perdas) realizados	
		dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Taxa de Juros					
Contratos de Swap					
- Posição Ativa Pré					
	BNP Paribas, Itaú, Merrill Lynch, Santander, XP	- (3.660.997)	-	36.960	31.929 43.369
Posição Comprada	Investimentos BNP Paribas, Itaú, BOFA, XP	- 1.000.000	- (1.205)	(1.308)	2.195
Posição Vendida	Investimentos, Santander	- (4.660.997)	-	38.165	33.237 41.174
Equity Swap		96.212	125.921 (26.057)	(39.054)	(7.378)
Posição Comprada	BNP Paribas, Itaú, Merrill Lynch, Santander, XP	-	-	-	-
	Investimentos	96.212	125.921 (26.057)	(39.054)	(7.378)
Total		448.108 (2.784.582)	733 117.864	59.717	3.052

Tipo	Contrapartes	Controladora			
		Valor de Referência (nacional)	Valor Justo a receber (a pagar)	Ganhos (perdas) realizados	
		dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Moeda Estrangeira					
Contratos a termo					
Posição comprada	ABC Brasil, Banco do Brasil, BNP Paribas, Bradesco, BTG, CitiBank, Itaú, JP Morgan, Merrill Lynch, Safra, Santander, Votorantim, XP	-	7.630	- 1.327	- (6.144)
Posição vendida	Investimentos ABC Brasil, Banco do Brasil, JP Morgan, Merrill Lynch, Votorantim, XP	-	7.630	- 1.327	- (5.796)
Equity Swap		96.212	125.921 (26.057)	(39.054)	(7.378)
Posição comprada	XP Investimentos, Itaú	-	-	-	(348)
Total		448.108 (2.776.952)	733 119.191	59.717	(3.092)

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. (ii) Swaps - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 4,14% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano), segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Depreciação	25% de oscilação	Depreciação	50% de oscilação	Depreciação	50% de oscilação
Cotação do dólar	5,270	5,725	4,123	6,872	2,749	8,247
Moeda Estrangeira Hedge econômico	(14.562)	14.562 (87.974)	87.974	(175.948)	175.948	(175.948)
Objeto do hedge econômico	14.562	(14.562)	87.974	(87.974)	175.948	(175.948)

Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Depreciação	25% de oscilação	Depreciação	50% de oscilação	Depreciação	50% de oscilação
Cotação do dólar	5,270	5,725	4,123	6,872	2,749	8,247
Moeda Estrangeira Hedge econômico	(14.562)	14.562 (87.974)	87.974	(175.948)	175.948	(175.948)
Objeto do hedge econômico	14.562	(14.562)	87.974	(87.974)	175.948	(175.948)

A análise de sensibilidade apresentada acima demonstra o efeito líquido no resultado, considerando mudanças com relação à cotação do Dólar estadunidense e à cotação do Euro, mantendo constante todas as demais variáveis associadas a outros riscos. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2026.

Controladora:	Cenário provável*		Variação de 25%		Variação de 50%	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empréstimos CDI	(429)	26.241	52.482	-	-	-
Financiamentos TJLP	230	4.749	9.498	-	-	-
Debênture CDI	(4.361)	266.672	533.344	-	-	-
Debênture IPCA	4.741	1.085	2.169	-	-	-
Financiamentos TR	315	2.434	4.868	-	-	-
Financiamentos TLP	447	102	205	-	-	-
Títulos a pagar CDI	(3)	200	400	-	-	-
Aplicações financeiras	660	(40.335)	(80.676)	-	-	-
Total do efeito perda (ganho)	1.600	261.148	522.290	-	-	-

Controladora:	Cenário provável*		Variação de 25%		Variação de 50%	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empréstimos CDI	(445)	27.213	54.426	-	-	-
Financiamentos TJLP	230	4.749	9.498	-	-	-
Debênture CDI	(4.361)	266.672	533.344	-	-	-
Debênture IPCA	4.741	1.085	2.169	-	-	-
Financiamentos TR	315	2.434	4.868	-	-	-
Financiamentos TLP	447	102	205	-	-	-
Títulos a pagar CDI	(3)	200	400	-	-	-
Aplicações financeiras	996	(60.920)	(121.840)	-	-	-
Total do efeito perda (ganho)	1.920	241.535	483.070	-	-	-

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	9.285.373	9.357.947	9.311.463	9.380.041
Total de títulos a pagar	16.236	17.326	25.986	17.326
Perda (ganho) com hedge financeiro	(26.790)	(156.918)	(26.790)	(156.918)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(1.090.789)	(1.236.461)	(1.645.541)	(1.739.327)
Dívida (Caixa e equivalente de caixa) líquida	8.184.030	7.981.894	7.665.118	7.501.122
Total do patrimônio líquido	12.522.029	12.096.281	12.524.374	12.101.819
Patrimônio líquido ajustado	20.706.059	20.078.175	20.189.492	19.602.941
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	39,5%	39,8%	38,0%	38,3%

6 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a perda (impairment) e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 20 (b)).

A Companhia aplica o CPC 40(R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente ligado aos preços ou indiretamente aos derivados dos preços (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela abaixo apresenta os instrumentos derivativos ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2025, bem como os valores demonstrados a valor justo.

Ativos	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Instrumentos financeiros derivativos	26.790	26.790	26.790
Total do ativo	26.790	26.790	26.790
Passivos	26.057	26.057	26.057
Instrumentos financeiros derivativos	26.057	26.057	26.057
Total do passivo	26.057	26.057	26.057

A tabela abaixo apresenta os instrumentos derivativos ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024, bem como os valores demonstrados a valor justo.

Ativos	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Instrumentos financeiros derivativos	158.123	158.123	158.123
Total do ativo	158.123	158.123	158.123
Passivos	40.259	40.259	40.259
Instrumentos financeiros derivativos	40.259	40.259	40.259
Total do passivo	40.259	40.259	40.259

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do hedge, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (hedge accounting), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para hedge accounting, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de hedge. A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os objetos de hedge anteriormente reconhecidos pelo valor justo voltam a ser registrados pelo custo amortizado. Em 2025, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, e considerando os aspectos da Fase 2 da reforma da taxa de juros de referência descritos na Nota 2.1(c), a administração efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de hedge accounting, e não identificou impactos relevantes nas relações de hedge, nem tampouco inefetividade relacionada diretamente com a reforma. O fim da aplicação das isenções para avaliação da efetividade das relações de hedge da Fase 1, com o reconhecimento no resultado do exercício da parcela inefetiva decorrente da alteração da taxa de referência está em monitoramento constante pela administração para que seja realizado o registro quando a incerteza não estiver mais presente, isto é, quando concluída a substituição contratual da taxa, ou quando a relação de proteção for descontinuada. **Hedges de valor justo:** Atualmente a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho no resultado
Empréstimo - 4131*	EUR + Spread	Valor justo	300.000	366.187 2.422
Swap - 4131*	EUR + Spread vs CDI+	Valor justo	300.000	26.790 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho no resultado
Empréstimo - 4131*	EUR + Spread	Valor justo	300.000	366.187 2.422
Swap - 4131*	EUR + Spread vs CDI+	Valor justo	300.000	26.790 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho no resultado
Empréstimo - 4131*	USD + Spread	Valor justo	218.075	282.748 (104)
Swap - 4131**	USD + Spread vs CDI+	Valor justo	218.075	57.924 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho no resultado
Empréstimo - 4131**	USD + Spread	Valor justo	94.600	125.367 117
Swap - 4131**	USD + Spread vs CDI+	Valor justo	94.600	28.039 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho no resultado
Empréstimo - 4131*	EUR + Spread	Valor justo	300.000	363.005 28
Swap - 4131*	EUR + Spread vs CDI+	Valor justo	300.000	33.995 -

* Vencimento em até 1 ano; ** Vencimento em até 2 anos. A operação de Hedge de fluxos de valor justo vigente mantere a Razão de Hedge 1:1 com taxa média ponderada de BRL/EUR 5,5073. **Hedges de fluxos de caixa:** A Companhia adota o hedge de fluxos de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores e para swap de fluxos de dívidas. Ganhos/perdas relacionados a parcela efetiva do hedge são reconhecidos no Patrimônio líquido/Outros resultados abrangentes. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Swap	HYPE3 vs CDI+	Fluxo de Caixa	96.212	(26.057) (26.057)

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	500.000	500.000 3.743
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	500.000	1.182 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	1.000.000	1.000.000 5.271
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	1.000.000	7.564 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	368.000	368.000 3.551
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	368.000	3.719 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	800.000	800.000 8.442
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	800.000	9.789 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	200.000	200.000 1.748
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	200.000	2.218 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	550.000	550.000 4.885
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	550.000	6.061 -

Operação	Controladora			
	Índexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo) Ganho/perda no resultado abrangente
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	242.997	242.997 2.003
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	242.997	2.468 -

Operação	Controladora			
----------	--------------	--	--	--



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta a movimentação de perdas esperadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	(56.010)	(183.056)
Adições do período (a)	(120.748)	(234.270)
Baixas do período (b)	134.983	162.264
Saldo em 31/12/2024	(41.775)	(255.062)
Saldo em 31/12/2024	(41.775)	(255.062)
Adições do período (a)	(213.315)	(172.201)
Baixas do período (b)	196.779	222.341
Saldo em 31/12/2025	(58.311)	(204.922)

(a) Referem-se as perdas esperadas dos estoques por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia. (b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

13 Tributos a recuperar

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
PI/S/COFINS/IFI e outros	39.818	58.278	135.114	157.245
ICMS	112.638	107.516	237.824	200.907
IRPJ e CSLL a recuperar	54.587	84.050	103.291	122.173
	207.043	249.844	476.229	480.325
	185.365	228.196	387.963	414.561
	21.678	21.648	88.266	65.764

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Circulante	66.719	60.823	134.252	113.693
Não circulante	100.914	95.241	113.966	100.535
	163.797	148.116	180.985	163.862
	16.109	15.995	74.750	88.249
	3.667	7.289	4.085	2.213
	351.206	327.464	500.038	468.552
	86.971	90.588	214.302	287.932
	262.235	236.876	283.736	259.291

14 Outros ativos

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Despesas antecipadas	66.719	60.823	134.252	113.693
Títulos a receber	100.914	95.241	113.966	100.535
Depósitos judiciais	163.797	148.116	180.985	163.862
Adiantamentos	16.109	15.995	74.750	88.249
Outros	3.667	7.289	4.085	2.213
	351.206	327.464	500.038	468.552
	86.971	90.588	214.302	287.932
	262.235	236.876	283.736	259.291

15 Investimentos

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	Data da Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	93,50%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	6,50%	Indireta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biocombustível	25%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Direta
Simple Organic Beauty S.A.	29/04/2016	Brasil	Dermocosmético de beleza natural	71,53%	Direta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Holding	100%	Direta
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	29/08/2014	Brasil	Dermocosméticos	100%	Direta
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	13/07/2001	Brasil	Dermocosméticos	100%	Indireta
Solana Agropecuária Ltda.	04/11/1981	Brasil	Lavoura	100%	Indireta
Amigotech S.A.	02/07/2021	Brasil	Tecnologia	10,8%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora:

	Brainfarma	Cosmed	Mantecorp	Bionovis	My	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	5.271.295	1.309.243	322.321	105.356	10.747	141.391	64.844
Aumento de capital	192.101	-	-	7.343	-	58.145	257.589
Equivalência patrimonial	467.142	108.891	3.560	26.226	514	(27.857)	578.476
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	82	(511)	-	-	-	(73)	(502)
Stock Option/Matching/Restricted	2.466	226	83	-	610	7	2.792
Ajuste de avaliação patrimonial	(39)	27	-	-	-	-	(12)
Dividendos a receber	-	-	-	-	(9.455)	-	(9.455)
Aquisição de empresas	-	-	-	-	-	15.007	15.007
Outros	-	-	-	-	-	631	631
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.933.047	1.417.876	325.964	130.080	11.261	187.251	64.844

	Brainfarma	Cosmed	Mantecorp	Bionovis	My	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	4.499.835	1.189.210	323.920	80.477	10.440	130.361	64.844
Aumento de capital	194.613	-	-	4.658	-	39.838	239.109
Equivalência patrimonial	539.925	117.941	2.511	24.181	307	(33.592)	651.273
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	180	(144)	-	-	-	124	160
Stock Option/Matching/Restricted	6.546	356	192	-	-	330	7.424
Ajuste de avaliação patrimonial	456	1.026	31	2.137	-	(3)	3.647
Dividendos e JCP a receber	29.740	854	-	(6.097)	-	-	24.497
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.271.295	1.309.243	326.654	105.356	10.747	137.058	64.844

	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	7.384.915	1.268.774	3.638.324	442.578	499.627
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.623.195	219.386	769.378	106.381	108.991
My Agência de Propaganda Ltda.	12.158	918	3.840	507	514
Simple Organic Beauty S.A.	81.785	73.546	70.432	(16.952)	(16.376)
Mantecorp Participações S.A.	337.148	-	-	6.016	5.148
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	122.234	11.601	49.422	(13.616)	(16.143)
2024					
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	6.573.558	1.122.740	3.502.527	504.292	577.472
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.545.694	248.519	688.588	110.523	117.941
My Agência de Propaganda Ltda.	11.923	1.190	3.840	307	307
Simple Organic Beauty S.A.	75.053	59.262	119.053	(33.199)	(29.871)
Mantecorp Participações S.A.	331.048	-	-	6.848	2.511
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	85.377	12.550	28.995	(11.337)	(14.197)

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício, ajustado pelas operações entre a investidora e suas investidas.

b. Equivalência patrimonial da Controladora:

	Quantidade de ações e quotas	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025	Participação em 31 de dezembro de 2025	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2025	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2024	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	2.662.160.315	1.417.876	100%	108.891	1.417.876	117.941	1.309.243
My Agência de Propaganda Ltda.	22.467.662	11.261	100%	514	11.261	307	10.747
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.553.100.031	6.345.505	93,50%	467.142	5.933.047	539.925	5.271.295
Simple Organic Beauty S.A.	220.983	35.907	71,53%	(11.714)	25.684	(19.395)	30.043
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	130.272.454	173.239	100%	(16.143)	173.239	(14.197)	137.954
Mantecorp Participações S.A.	275.300.100	325.964	100%	3.560	325.964	2.511	326.654
Bionovis S.A. (*)	29.538.712	520.322	25%	66.227	130.080	24.181	105.356
		578.477		8.017.151	651.273	7.191.292	

(*) No consolidado refere-se à Equivalência da Bionovis.

c. Participação dos acionistas não controladores:

	2025	2024	2025	2024
Patrimônio Líquido	2.345	5.538	(5.237)	(10.115)

16 Imobilizado

	Controladora	Consolidado				
2025	2024	2025	2024			
Ativos próprios	1º de janeiro de 2025	Adições	Baixa	Depreciação	Transferência	31 de dezembro de 2025
Terenos	4.990	-	-	-	-	4.990
Edificações e benfeitorias	17.885	31	-	(4.873)	20.904	33.947
Máquinas equipamentos e Instalações	70.585	2.630	(31)	(5.387)	567	68.364
Veículos	93	-	-	-	-	93
Móveis e utensílios	26.350	2.220	-	(1.441)	30	27.159
Outros	2.216	902	-	(599)	-	2.519
Total em operação	122.119	5.783	(31)	(12.300)	21.501	137.072
Imobilização em andamento	29.616	6.303	(51)	-	(21.516)	14.352
Imobilizado	151.735	12.086	(82)	(12.300)	(15)	151.424

	Ativos de direito de uso - arrendamentos	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024		
Edificações e benfeitorias	46.797	10.803	(105)	(10.209)	47.286
Máquinas equipamentos e Instalações	20.841	473	(193)	(3.878)	17.243
Veículos	71.599	35.820	(6.590)	(46.790)	54.039
Arrendamentos	139.237	47.096	(6.888)	(60.877)	118.568
Imobilizado total	290.972	59.182	(6.970)	(73.177)	269.992

	Ativos próprios	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024		
Terenos	4.990	-	-	4.990	
Edificações e benfeitorias	11.070	116	-	(2.381)	9.080
Máquinas equipamentos e Instalações	73.337	2.635	(261)	(5.742)	616
Veículos	93	-	-	-	93
Móveis e utensílios	20.574	7.074	-	(1.298)	26.350
Outros	2.671	147	-	(602)	2.216
Total em operação	112.735	9.972	(261)	(10.023)	9.696
Imobilização em andamento	31.615	7.663	-	-	(9.662)
Imobilizado	144.350	17.635	(261)	(10.023)	34

	Ativos de direito de uso - arrendamentos	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024		
Edificações e benfeitorias	57.487	898	-	(11.588)	46.797
Máquinas equipamentos e Instalações	19.726	13.486	(72)	(12.299)	20.841
Veículos	77.378	56.093	(19.061)	(42.811)	71.599
Arrendamentos	154.591	70.477	(19.133)	(66.698)	139.237
Imobilizado total	298.941	88.112	(19.394)	(76.721)	290.972

	Ativos próprios	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024		
Terenos	290.969	-	-	290.969	
Edificações e benfeitorias	533.732	1.235	-	(25.653)	41.237
Máquinas equipamentos e Instalações	2.042.764	244.189	(237)	(96.200)	155.998
Veículos	1.900	-	-	(210)	1.690
Móveis e utensílios	52.900	7.572	(6)	(3.333)	797
Outros	80.882	32.042	-	(25.954)	1.693
Total em operação	3.003.147	285.038	(243)	(151.350)	199.725
Imobilização em andamento	693.233	228.812	(248)	-	(199.601)
Imobilizado	3.696.380	513.850	(491)	(151.350)	124

	Ativos de direito de uso - arrendamentos	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024		
Edificações e benfeitorias	93.602	13.465	(105)	(16.292)	90.670
Máquinas equipamentos e Instalações	23.789	530	(236)	(5.276)	18.807
Veículos	77.385	36.166	(8.619)	(49.663)	55.269
Arrendamentos	194.776	50.161	(8.960)	(71.231)	164.746
Imobilizado total	3.891.156	564.011	(9.451)	(222.581)	124



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA) e juros remuneratórios correspondentes a 6,4451% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Série serão amortizados em parcela única, e cada uma das séries será quitada respectivamente em 16 de agosto de 2027, 15 de agosto de 2029 e 15 de agosto de 2032. Em 23 de dezembro de 2022, foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures não conversíveis da 14ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,35% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 14 de dezembro de 2026 e a última na data de vencimento em 14 de dezembro de 2027. Em 24 de abril de 2023, foi efetuada a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis da 15ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 800.000 (oitocentos milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 2,20% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, e será quitada em 25 de abril de 2028. Em 10 de outubro de 2023, foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures não conversíveis da 16ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,35% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, e será quitada em 10 de outubro de 2028. Em 03 de janeiro de 2024, foi efetuada a emissão da 17ª de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição ("Emissão"), no valor de R\$600.000 (seiscentos milhões de reais), com regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, com juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 1,30% ao ano. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2027 e a última na data de vencimento em 15 de dezembro de 2028. Em 23 de maio de 2024, foi efetuada a emissão da 18ª de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição ("Emissão"), no valor de R\$1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, com juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 0,85% ao ano. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 03 de maio de 2028 e a última na data de vencimento em 03 de maio de 2029. Em 29 de janeiro de 2025, foi efetuada a 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição ("Emissão"), no valor de R\$1.250.000 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais), com regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, com juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 0,90% ao ano. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 15 de janeiro de 2029 e a última na data de vencimento em 15 de janeiro de 2030. Em 15 de agosto de 2025, foi efetuada a 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição ("Emissão"), no valor de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), com regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, com juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 0,75% ao ano. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 15 de agosto de 2029 e a última na data de vencimento em 15 de agosto de 2030. Em 15 de dezembro de 2025, foi efetuada a 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição ("Emissão"), no valor de R\$1.250.000 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais), com regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, com juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 0,85% ao ano. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela na data de vencimento em 16 de dezembro de 2030.

Debêntures - Movimentação

Debênture Pública	Emissão	Série	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Valor total da emissão	Gastos a transcorrer	Encargos financeiros	Amortização Principal	Amortização de juros	Movimentação		
									Saldos em 31 de dezembro de 2025	Circulante	Não Circulante
8ª Emissão	Única		323.088	-	-	31.643	(320.000)	(34.731)	-	-	-
9ª Emissão	Única		627.196	-	-	63.471	(406.755)	(72.457)	211.455	211.455	-
11ª Emissão	Única		1.036.407	-	-	51.088	(1.000.000)	(87.495)	-	-	-
12ª Emissão	Única		523.934	-	-	48.408	(500.000)	(72.342)	-	-	-
13ª Emissão	1ª, 2ª e 3ª		814.150	-	-	97.737	-	(64.600)	847.287	23.084	824.203
14ª Emissão	Única		751.080	-	-	114.441	(600.000)	(115.663)	149.858	75.000	74.858
15ª Emissão	Única		815.213	-	-	130.140	-	(124.114)	821.239	22.212	799.027
16ª Emissão	Única		787.868	-	-	114.827	-	(108.317)	774.378	25.233	749.145
17ª Emissão	Única		600.892	-	-	91.817	-	(90.327)	602.382	3.393	598.989
18ª Emissão	Única		1.525.007	-	-	221.071	-	(211.872)	1.534.206	35.094	1.499.112
19ª Emissão	Única		-	530.000	(1.349)	69.957	-	(34.522)	564.086	37.332	526.754
20ª Emissão	Única		-	1.000.000	(9.481)	56.025	-	-	1.046.544	53.367	993.177
21ª Emissão	Única		-	1.250.000	(11.062)	6.680	-	-	1.245.618	4.810	1.240.808
Total			7.784.835	2.780.000	(21.892)	1.097.305	(2.826.755)	(1.016.440)	7.797.053	490.980	7.306.073

Debênture Emissão Pública

Debênture Pública	Emissão	Série	Circulante	Não Circulante	Total
9ª Emissão	Única	142	-	142	-
11ª Emissão	Única	-	-	-	-
12ª Emissão	Única	-	-	-	-
13ª Emissão	1ª, 2ª e 3ª	3.186	9.268	12.454	-
14ª Emissão	1ª e 2ª	273	142	415	-
15ª Emissão	Única	1.071	973	2.044	-
16ª Emissão	Única	585	855	1.440	-
17ª Emissão	Única	597	1.011	1.608	-
18ª Emissão	Única	404	888	1.292	-
19ª Emissão	Única	994	3.246	4.240	-
20ª Emissão	Única	2.088	6.823	8.911	-
21ª Emissão	Única	1.810	9.192	11.002	-
Total		11.150	32.398	43.548	

Nota: as movimentações contábeis não consideram os valores dos swaps.

Os montantes a longo prazo das debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
2027	1.347.517	-	1.347.517
2028	-	1.823.137	1.823.137
2029	-	1.962.022	1.962.022
2030	-	2.058.315	2.058.315
2031	-	57.541	57.541
2032	-	57.541	57.541
			7.306.073

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
Carta de fiança (*)	753.097	753.097

(*) Carta Fiança para o empréstimo junto à FINEP (Contrato 0034/19 e 2170/23) e BNDES (Contrato nº 23.2.0368.1 e nº 24.2.0265.1).

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo: Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

	Consolidado		Valor Justo	
	2025	2024	2025	2024

Moeda Estrangeira		2025	2024	2025	2024
Empréstimos	EUR + 4,5016% a.a.	363.765	770.296	363.765	770.296
Moeda Nacional					
Empréstimos	CDI + de 1,20% a 1,37% a.a.	397.547	342.731	397.547	342.731
FCO	Pré-fixada de 2,50% a.a.	-	-	-	-
Financiamentos	Pré-fixada de 6,00% a.a.	-	10	-	10
	*TR + 2,2% a.a.;				
	TLP + 1,1% a.a.;	294.421	96.174	294.421	96.174
BNDES	CDI + 0,75% a 2,20% a.a.;	-	-	-	-
Debêntures	IPCA + 6,2790% a 6,4451% a.a.	7.797.053	7.784.834	7.797.053	7.784.834
	TJLP de + 1,00% a.a.;	-	-	-	-
Finep	TR + 3,3% a.a.	458.677	385.996	458.677	385.996
		9.311.463	9.380.041	9.311.463	9.380.041

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto de marcação de mercado não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,67% a CDI + 2,82% a.a. (31 de dezembro de 2024 - CDI + 0,72% a CDI + 2,56%, a.a.).

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Controladora									
	Passivos		Derivativos (Ativos/Passivos)		Instrumentos financeiros		Instrumentos financeiros		Patrimônio Líquido	Total
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a pagar	Dividendos e JCP a pagar	Outros Passivos	derivativos ativos	derivativos passivos	Líquido			
Em 1º de janeiro de 2025	9.357.947	17.326	648.559	376.517	(158.123)	40.259	12.096.281	22.378.766		
Varições dos fluxos de caixa de financiamento										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	66.362	(17.198)	-	49.164		
Empréstimos Tomados	3.100.000	-	-	-	-	-	-	3.100.000		
Pagamento de empréstimos - principal	(3.285.032)	(1.972)	-	(44.316)	-	-	-	(3.331.320)		
Pagamento de empréstimos - juros	(1.089.180)	-	-	(48.697)	-	-	-	(1.137.877)		
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	-	(23.088)	(23.088)		
Alienações de ações	-	-	-	-	-	-	10.549	10.549		
Mútuos passivos	-	-	-	21.476	-	-	-	21.476		
Dividendos pagos	-	-	(627.785)	-	-	-	-	(627.785)		
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(1.274.212)	(1.972)	(627.785)	(71.537)	66.362	(17.198)	(12.539)	(1.938.881)		
Outras variações										
Baixa	-	-	-	(6.565)	-	-	-	(6.565)		
Adições	-	-	-	13.069	-	-	-	13.069		
Arrendamentos mercantis	-	-	-	53.032	-	-	-	53.032		
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	-	-	-	16.217	16.217		
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	-	(7.326)	(7.326)		
Juros apropriados	1.201.638	882	-	13.594	64.971	2.996	-	1.284.081		
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(740.143)	(740.143)		
Resultado acumulado do período	-	-	-	-	-	-	1.195.369	1.195.369		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(25.830)	(25.830)		
Outros passivos	-	-	-	47.469	-	-	-	47.469		
Total das outras variações relacionadas com passivos	1.201.638	882	740.143	120.599	64.971	2.996	438.287	2.569.516		
Em 31 de dezembro de 2025	9.285.373	16.236	760.917	425.579	(26.790)	26.057	12.522.029	23.009.401		

	Consolidado									
	Passivos		Derivativos (Ativos/Passivos)		Instrumentos financeiros		Instrumentos financeiros		Patrimônio Líquido	Total
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a pagar	Dividendos e JCP a pagar	Outros Passivos	derivativos ativos	derivativos passivos	Líquido			
Em 1º de janeiro de 2025	9.380.041	17.326	648.559	593.758	(159.450)	40.259	12.101.819	22.622.312		
Varições dos fluxos de caixa de financiamento										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	66.362	(17.198)	-	49.164		
Empréstimos Tomados	3.115.000	-	-	-	-	-	-	3.115.000		
Pagamento de empréstimos - principal	(3.297.637)	(1.972)	-	(55.576)	-	-	-	(3.355.185)		
Pagamento de empréstimos - juros	(1.092.021)	-	-	(55.348)	-	-	-	(1.147.369)		
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	-	(23.088)	(23.088)		
Alienações de ações	-	-	-	-	-	-	10.549	10.549		
Dividendos pagos	-	-	(627.785)	-	-	-	-	(627.785)		
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(1.274.658)	(1.972)	(627.785)	(110.924)	66.362	(17.198)	(12.539)	(1.978.714)		
Outras variações										
Baixa	-	-	-	(9.170)	-	-	-	(9.170)		
Adições	-	-	-	13.588	-	-	-	13.588		
Arrendamentos mercantis	-	-	-	57.674	-	-	-	57.674		
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	-	-	-	16.217	16.217		
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	-	(7.326)	(7.326)		
Juros apropriados	1.206.080	882	-	20.024	64.971	2.996	-	1.294.953		
Empréstimo-aquis. controladas	-	(250)	-	-	-	-	-	(250)		
Juros sobre capital próprio	-	-	-	740.143	-	-	-	(740.143)		
Resultado acumulado do período	-	-	-	-	-	-	1.195.369	1.195.369		
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	-	1.327	1.327		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(25.830)	(25.830)		
Outros passivos	-	-	-	40.699	-	-	-	40.699		
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(3.193)	(3.193)		
Total das outras variações relacionadas com passivos	1									



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Direito Tributário sobre arrendamento: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	Atualizado a valor presente	Nominal	Atualizado a valor presente	Nominal
Passivo de arrendamento	138.636	131.711	222.127	178.861
PIS/COFINS potencial	(5.844)	(4.128)	(11.472)	(8.279)
	132.792	127.583	210.655	170.582

c. Contratos por prazo e a taxa de desconto: A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Controladora		Consolidado	
	Taxa % a.a	Taxa % a.a	Taxa % a.a	Taxa % a.a
Prazos				
De 2 a 5 Anos	13,27%	11,37%	13,16%	11,25%

O quadro abaixo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da depreciação, considerando o efeito da taxa de inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamentos, descontados pela taxa nominal.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo de arrendamentos				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	131.711	151.594	178.861	207.665
Fluxo com projeção de inflação	139.574	161.266	189.539	220.914
Variação	5,97%	6,38%	5,97%	6,38%

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prognóstico de perda provável				
Cível	983	13.299	-	14.282
Trabalhista	67.829	-	67.829	71.890
Tributária	98.938	11.854	(93.315)	50.887
Administrativas/outras	2.686	-	2.686	2.380
Responsabilidade de ex-proprietários	29.352	-	29.352	28.272
	199.788	25.153	(93.315)	131.626

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contingências assumidas				
Cível	1.060	13.299	-	14.359
Trabalhista	72.272	1	72.273	75.567
Tributária	121.830	11.854	(115.279)	18.405
Administrativas/outras	6.956	-	6.956	6.213
Responsabilidade de ex-proprietários	41.992	-	41.992	34.014
	244.110	25.154	(115.279)	153.985

Movimentação das Contingências:

	Controladora				
	2024	Atualizações monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos
Cível	13.416	969	8	(111)	-
Trabalhista	71.881	7.527	16.121	(10.180)	(17.520)
Tributária	62.615	9.052	39.490	(362)	(3)
Administrativas/outras	2.380	306	-	-	-
Responsabilidade de ex-proprietários	28.872	1.287	42	(849)	-
Depósitos judiciais	179.164	19.141	55.661	(11.502)	(17.523)
	(49.184)	(7.637)	(36.494)	-	-
	129.980	11.504	19.167	(11.502)	(17.523)

	Controladora				
	2024	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos
Cível	13.493	969	8	(111)	-
Trabalhista (a)	75.568	7.905	17.062	(10.610)	(17.652)
Tributária	84.324	10.847	39.489	(973)	(3)
Administrativas/outras	6.213	595	686	(538)	-
Responsabilidade de ex-proprietários (b)	34.014	1.986	6.850	(858)	-
Depósitos judiciais	213.612	22.302	64.095	(13.090)	(17.655)
	(70.032)	(9.014)	(36.836)	603	-
	143.580	13.288	27.259	(12.487)	(17.655)

(a) As adições referem-se a 166 novos processos trabalhistas, as reversões referem-se a 76 processos trabalhistas e os pagamentos referem-se a 38 processos trabalhistas. (b) As adições referem-se a processos cuja responsabilidade são de ex-acionistas. Nesses casos a Companhia registra a obrigação de pagamento de causas e registra um ativo a ser reembolsado pelos ex-proprietários por ocasião do pagamento da contingência. **a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios:** Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista/Cível		Administrativo e Outras		Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	
	Mabesa	-	-	-	-	7.366	
Mantecorp	13.300	-	825	-	3.663	17.788	
	13.300	-	825	-	11.029	25.154	

No contexto das aquisições de negócios Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido pelo CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, foram reconhecidas, além das contingências classificadas como de perda provável, as contingências de perda possível, mensuradas com base em seu valor justo na data de aquisição. O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos estão descritos conforme abaixo: (i) **Cível:** 1 processo, decorrente da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 13.299. Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 13.299, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia discute judicialmente a referida multa. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda é provável. (ii) **Trabalhista:** 1 processo, decorrente da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios está estimado em R\$ 1. (iii) **Tributária:** São 7 processos substancialmente relacionados ao recolhimento de ICMS sobre importação de mercadorias, dos quais 5 decorreram da aquisição da Mabesa e 1 da Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos, na data da combinação de negócios, foram estimados em R\$ 11.854. **b. Contingências possíveis:** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos de natureza trabalhista, cível, tributária e regulatória que, de acordo com a avaliação atual da probabilidade de êxito, fundamentada na opinião dos assessores jurídicos e na análise dos aspectos legais aplicáveis, não requerem o registro de provisões, seja por estarem classificadas como de perda possível, seja em razão de exclusão de responsabilidade decorrente de acordos contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prognóstico de perda possível				
Cível	51.891	47.896	52.373	48.331
Trabalhista	239.975	238.677	239.987	261.116
Tributária	113.077	106.285	139.975	131.437
Administrativas/outras	20.363	4.326	24.212	5.745
Responsabilidade de ex-proprietários	27.051	300.283	237.938	495.563
	422.357	697.467	693.585	942.192

(i) **Cível:** No ano de 2009, o Ministério Público Federal da Comarca de Bauri, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e de outros laboratórios, visando obrigá-los a comercializar medicamentos para a administração pública em conformidade com as regras estabelecidas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, ainda, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos, em montante a ser fixado pelo Juízo. Foi proferida sentença que julgou extinto o processo, encontrando-se atualmente pendente de julgamento o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é considerado inestimável e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda é remota. No ano de 2014, o Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e de outros laboratórios, com objeto semelhante, visando obrigá-los a comercializar medicamentos para

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	118.568	139.237	164.746	194.776
Fluxo com projeção de inflação	125.647	148.120	174.581	207.203
Variação	5,97%	6,38%	5,97%	6,38%

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(19.034)	(16.679)	(25.469)	(23.090)
Fluxo com projeção de inflação	(20.170)	(17.743)	(26.989)	(24.563)
Variação	5,97%	6,38%	5,97%	6,38%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(60.877)	(66.698)	(71.231)	(77.416)
Fluxo com projeção de inflação	(64.511)	(70.953)	(75.483)	(82.355)
Variação	5,97%	6,38%	5,97%	6,38%

24 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências, bem como os correspondentes depósitos judiciais a elas relacionados.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prognóstico de perda provável				
Cível	14.282	960	12.456	13.416
Trabalhista	67.829	71.890	1	71.891
Tributária	17.477	50.887	11.728	13.431
Administrativas/outras	2.686	2.380	-	2.380
Responsabilidade de ex-proprietários	29.352	28.272	-	28.272
	199.788	25.153	(93.315)	129.980

25 Capital social e reservas

O Município em conformidade com as regras da CMED. O processo foi julgado improcedente e encontra-se na fase recursal. O valor envolvido é considerado inestimável e, conforme a avaliação dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda é possível. No ano de 2020, o Município de Londrina ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e de outros laboratórios, com objeto semelhante, visando obrigá-los a comercializar medicamentos para o Município em conformidade com as regras da CMED. O processo foi julgado improcedente e encontra-se em fase recursal. O valor envolvido é considerado inestimável e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda é possível. (ii) **Trabalhista:** A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas oriundos de empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou de suas controladas está estimada em R\$ 239.087 (R\$ 261.116 em 31 de dezembro de 2024). Nesses processos, discutem-se, entre outros temas, horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos. Do total desses processos trabalhistas, 8 decorrem das aquisições da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., os quais apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no montante de R\$ 10.687 (R\$ 10.196 em 31 de dezembro de 2024). Nesses casos, discutem-se, entre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente de trabalho, reconhecimento de vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e respectivos reflexos, bem como estabilidade provisória. (iii) **Tributária:** A Companhia e sua controlada Cosmed discutem, por meio de Mandados de Segurança, o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT, introduzida pelo Decreto nº 6.957/09, e a definição da alíquota aplicável por estabelecimento, para aqueles que possuem inscrição própria no CNPJ. Considerando a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em relação a parte dos pedidos, a Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classifica como de perda possível o montante de R\$ 110.509, não havendo risco de desembolso futuro, uma vez que a totalidade dos valores discutidos se encontra depositada judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em decorrência da interposição de Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia. Em razão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmada no âmbito da ADI nº 4.397, a Companhia alterou a classificação da probabilidade de perda das ações que discutem o afastamento da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) à alíquota da contribuição ao SAT/RAT, de possível para provável, o que resultou em um aumento das provisões no montante de R\$ 43.104. Da mesma forma, não há risco de desembolso futuro, tendo em vista que os valores correspondentes se encontram integralmente depositados judicialmente. A Companhia, com o suporte de especialistas internos e externos, entende que os procedimentos adotados na apuração de seus tributos estão em conformidade com a legislação vigente e aplicável, bem como com o entendimento atualmente aceito pelos tribunais. Todavia, por se tratar de matérias sujeitas a elevado grau de subjetividade, é possível que essa avaliação venha a ser alterada no futuro em razão de fatores alheios ao controle da Companhia, tais como mudanças na jurisprudência ou na regulamentação tributária, bem como eventual discordância das autoridades administrativas quanto a um ou mais desses procedimentos. (iv) **Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários:** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos oriundos em períodos anteriores à aquisição do controle societário, cuja responsabilidade, conforme previsto nos instrumentos contratuais de compra e venda, é atribuída aos ex-proprietários e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda é possível. A Administração, com o suporte de especialistas internos e externos, acompanha de forma contínua a evolução dos referidos processos e mantém os mecanismos contratuais de ressarcimento e garantias previstos junto aos ex-proprietários, não sendo esperados impactos relevantes no resultado ou no fluxo de caixa da Companhia no curto prazo. A Companhia figura em uma ação civil pública de responsabilidade dos ex-proprietários movida pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo com o pedido de condenação no pagamento de danos materiais e morais e ressarcimento de supostos danos ao erário e à sociedade, decorrentes da aquisição do medicamento Remicade. A ação foi julgada improcedente sem apresentação de recurso e com o prognóstico de perda remoto. O valor envolvido no caso era de R\$ 277.903. Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento das causas e busca o reembolso junto aos ex-proprietários (Nota 14).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prognóstico de perda possível				
Cível	51.891	47.896	52.373	48.331
Trabalhista	239.975	238.677	239.987	261.116
Tributária	113.077	106.285	139.975	131.437
Administrativas/outras	20.363	4.326	24.212	5.745
Responsabilidade de ex-proprietários	27.051	300.283	237.938	495.563
	422.357	697.467	693.585	942.192

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prognóstico de perda possível				
Cível	51.891	47.896	52.373	48.331
Trabalhista	239.975	238.677	239.987	261.116
Tributária	113.077	106.285	139.975	131.437
Administrativas/outras	20.363	4.326	24.212	5.745
Responsabilidade de ex-proprietários	27.051	300.283	237.938	495.563
	422.357	697.467	693.585	942.192

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Contratos em aberto	Custo total estimado
			Original	Corrigido		
Plano III	2017	01/04/18	28,93	28,93	-	2,39
Plano III	2017	01/04/19	28,93	28,93	525.000	3,78
Plano III	2017	01/04/20	28,93	28,93	525.000	4,82
Plano III	2017	01/04/21	28,93	28,93	525.000	5,53
Plano III	2017	01/04/22	28,93	28,93	525.000	5,91
					2.625.000	1.813.675

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Contratos em aberto	Custo total estimado
			Original	Corrigido		
Plano III	2023	11/04/25	38,72	38,72	585.000	7,54
Plano III	2023	11/04/26	38,72	38,72	832.500	9,49
Plano III	2023	11/04/27	38,72	38,72	832.500	10,98
					2.250.000	21.452
					4.875.000	1.813.675

Total do Stock Option

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Contratos em aberto	Custo total estimado
			Original	Corrigido		
Plano III	2017	01/04/18	28,93	28,93	525.000	2,39
Plano III	2017	01/04/19	28,93	28,93	525.000	3,78
Plano III	2017	01/04/20	28,93	28,93	525.000	4,82
Plano III	2017	01/04/21	28,93	28,93	525.000	5,53
Plano III	2017	01/04/22	28,93	28,93	525.000	5,91
					2.625.000	1.813.675
Plano III	2023	11/04/25	38,72	38,72	585.000	7,54
Plano III	2023	11/04/26	38,72	38,72	832.500	9,49
Plano III	2023	11/04/27	38,72	38,72	832.500	10,98
					2.250.000	21.452
					4.875.000	1.813.675

(ii) **Plano de Concessão de ações em regime de Matching:** O plano de Concessão de ações em regime de Matching oferece aos elegíveis a oportunidade de investir entre 50% e 100% do valor líquido do bônus ou do Programa de Participação nos Resultados (PPR) na aquisição de ações da Companhia, com uma contrapartida (match) em ações. Essa contrapartida é



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do Grupo estão demonstradas abaixo: O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo índice IGP-M - FGV e o prazo de vencimento é indeterminado, podendo ser renovado de acordo com a vontade das partes, mediante termo aditivo.

a.1. Nos ativos e passivos:

Partes relacionadas	Controladora 2025					Partes relacionadas
	Caixa e equivalentes de caixa	Outros valores a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	(153.803)	-	(25.075)	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
My - Agência Propaganda Ltda.	-	23	-	-	-	My - Agência Propaganda Ltda.
Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	-	1.905	(855.445)	-	-	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	35	-	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	-	92	-	-	-	Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	-	-	(7.529)	-	-	Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.
Banco Votorantim S.A.	28.695	-	-	-	-	Banco Votorantim S.A.
Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.	-	-	-	(143)	-	Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.
Total	28.695	2.055	(1.016.777)	(143)	(25.075)	Total

Partes relacionadas	Controladora 2025					Partes relacionadas
	Caixa e equivalentes de caixa	Outros valores a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	35	-	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Banco Votorantim S.A.	111.325	-	-	-	-	Banco Votorantim S.A.
Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.	-	-	-	(268)	-	Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.
Total	111.325	35	-	(268)	-	Total

Partes relacionadas	Controladora 2024					Partes relacionadas
	Outros valores a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(152.007)	-	-	(3.599)	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
My Agência Propaganda Ltda.	23	(320)	-	-	-	My Agência Propaganda Ltda.
Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	5.864	(683.189)	-	-	(1.034)	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.
Megatelecom Telecomunicações S.A.	32	-	(114)	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	239	-	-	-	-	Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.
Simple Organic Beauty S.A.	-	(34)	-	-	-	Simple Organic Beauty S.A.
Total	6.158	(835.550)	(114)	-	(4.633)	Total

Partes relacionadas	Controladora 2024					Partes relacionadas
	Outros valores a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	32	-	(187)	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Total	32	-	(187)	-	-	Total

a.2. No resultado do exercício:

Partes relacionadas	Controladora 2025							Partes relacionadas	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publi-cidade	Amortização de arrendamento	Serviços Prestados	Despesas compar-tilhadas	Despesas financeiras		Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(768.830)	-	-	-	-	-	-	-	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(3.840)	-	-	-	-	-	My - Agência Propaganda Ltda.
Simple Organic Beauty S.A.	-	-	(434)	-	-	-	-	-	Simple Organic Beauty S.A.
Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	(3.633.010)	-	-	(1.480)	-	(82.938)	(277)	-	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	467	-	-	(337)	-	-	(277)	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	(29.646)	-	-	-	-	-	-	-	Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.
Banco Votorantim S/A	-	-	-	-	-	-	-	6.999	Banco Votorantim S/A
Actual Assessoria Contábil S S	-	-	-	-	-	-	-	-	Actual Assessoria Contábil S S
Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.	(4.431.486)	467	(4.274)	(1.480)	(1.122)	(95.135)	(277)	6.999	Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.
Total	(10.842.972)	934	(8.548)	(2.960)	(469)	(277)	(554)	13.998	Total

Empresas	Controladora 2025							Empresas	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publi-cidade	Amortização de arrendamento	Serviços Prestados	Despesas compar-tilhadas	Despesas financeiras		Receitas financeiras
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	467	-	-	(628)	-	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Actual Assessoria Contábil S S	-	-	-	-	(8)	-	-	-	Actual Assessoria Contábil S S
Votorantim Cimentos S.A.	(90)	-	-	-	-	-	-	-	Votorantim Cimentos S.A.
Banco Votorantim S/A	-	-	-	-	-	-	-	18.932	Banco Votorantim S/A
Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.	(90)	467	-	-	(2.254)	-	-	18.932	Samm Tecnologia e Telecomunicações S.A.

Transações	Controladora 2024					Transações	Controladora 2024											
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publi-cidade	Amortização de arrendamento	Serviços Prestados		Despesas compar-tilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publi-cidade	Amortização de arrendamento	Serviços Prestados	Despesas compar-tilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras	
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(688.135)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	215	(3.841)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	My - Agência Propaganda Ltda.
Simple Voices Ltda.	-	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Simple Voices Ltda.
Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	(3.480.371)	-	634	-	(2.328)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.034)	-	-	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	440	-	-	-	-	(510)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	(23.586)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.
Simple Organic Beauty S.A.	(4.456)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101)	Simple Organic Beauty S.A.
Total	(4.196.549)	1.289	(3.941)	(2.328)	(510)	(86.922)	(101)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101)	Total

Transações	Controladora 2024					Transações	Controladora 2024											
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publi-cidade	Amortização de arrendamento	Serviços Prestados		Despesas compar-tilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publi-cidade	Amortização de arrendamento	Serviços Prestados	Despesas compar-tilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	440	-	-	(773)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Megatelecom Telecomunicações S.A.
Total	-	440	-	-	(773)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Total

b. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Fiscal, Auditoria e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	Controladora		Controlado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e outros benefícios de curto prazo	14.182	14.985	14.182	14.985
Honorários dos conselheiros	7.488	6.500	7.488	6.500
Pagamentos com base em ações	10.971	12.361	10.971	12.361
Total	32.641	33.946	32.641	33.946

Os valores referentes ao ano de 2025 são estimados.

30 Outros assuntos

Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia acompanha continuamente os potenciais impactos contábeis e operacionais decorrentes das mudanças climáticas sobre suas atividades. Suas plantas fabris estão localizadas em áreas industriais controladas, com baixa exposição a estresse hídrico e inundações, e contam com sistemas de reuso de água e poços artesianos como medidas preventivas. Anualmente, a Companhia publica seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mantém iniciativas estruturadas para redução da intensidade de suas emissões diretas de CO₂ equivalente. Esses indicadores são monitorados periodicamente pelo Comitê de Eficiência de Recursos Naturais, que acompanha também metas de uso de água, resíduos sólidos e demais fatores ambientais relevantes. Entre os principais riscos climáticos monitorados destacam-se: **• Riscos físicos agudos**, como interrupções de produção decorrentes de eventos climáticos extremos, incluindo chuvas intensas, vendavais e episódios de seca severa. **• Riscos físicos crônicos**, como a potencial redução de disponibilidade hídrica ao longo do tempo, ainda que mitigados pelas características dos locais de operação e pela infraestrutura própria da Companhia. **• Riscos na cadeia de suprimentos**, mitigados por estratégias de fortalecimento do fornecimento, diversificação de fornecedores e planos de contingência. Até a presente data, não foram identificados impactos materiais decorrentes das mudanças climáticas que exigissem ajustes ou provisões específicas nas demonstrações financeiras. Entretanto, a Companhia segue avaliando cenários climáticos, potenciais efeitos financeiros futuros e possíveis necessidades de atualização de estimativas contábeis, em linha com a legislação aplicável e com as melhores práticas de gestão de riscos ambientais. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabeleça a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). Os projetos de lei complementar 68 e 108 foram apresentados pelo governo para tratar do assunto. O projeto de lei complementar 68 foi aprovado pelo Congresso (dando origem à Lei Complementar 214/25), enquanto o projeto de lei complementar 108 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

31 Eventos subsequentes

Em 03 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social da Companhia, mediante a subscrição privada de até 70.588.236 (setenta milhões, quinhentas e oitenta e oito mil, duzentas e trinta e seis) ações ordinárias, a um preço de emissão de R\$ 21,25 (vinte e um reais e vinte e cinco centavos) por ação, no valor total de até R\$1.500.000 (um bilhão, quinhentos milhões e quinze reais). O Aumento de Capital tem o objetivo de fortalecer a estrutura de capital da Companhia, por meio da redução do seu endividamento líquido, contribuindo para a melhoria de sua eficiência operacional e financeira, em adição às medidas que vêm sendo adotadas pela administração da Hypera desde 2024, incluindo o processo de otimização de capital de giro concluído em 2025. Essa iniciativa ampliará a capacidade de investimento da Companhia em oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário para o Exercício de 2025

Introdução: O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Hypera S.A. ("Hypera Pharma" ou "Companhia"), constituído em 22 de julho de 2016, dentre outras atribuições previstas no "Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário", aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia de 27 de abril de 2023, tem como principais responsabilidades (i) supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (iii) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. **Responsabilidades:** A Administração é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da Hypera Pharma, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe também à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. A Auditoria Interna da Companhia tem como atribuições avaliar, de forma independente, os principais riscos a que a Companhia está exposta e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Administração, inclusive aqueles voltados para a elaboração das demonstrações financeiras. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, pela emissão do respectivo Relatório dos Auditores Independentes, e pela emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras apresentadas adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypera Pharma em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo CAE baseiam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores independentes e dos executivos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos nos diversos segmentos da Companhia, sendo respeitadas também as trocas de opiniões e ideias entre os membros do CAE e da PwC. **Atividades do CAE:** A atual composição do CAE, eleita em 17 de junho de 2025 e com mandato de 2 (dois) anos, é formada pelo Sr. Hugo Barreto Sodré Leal, na qualidade de Coordenador, pela Sra. Carla Alessandra Trematore, especialista financeira e pela Sra. Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chiment, que é membro independente do Conselho de Administração. O CAE reportou seus trabalhos em 4 (quatro) reuniões do Conselho de Administração, por meio de apresentações feitas pelo seu Coordenador, Sr. Hugo Barreto Sodré Leal. No decorrer do ano de 2025 e até a presente data, o CAE e reuniu-se, ordinariamente, em 8 (oito) ocasiões. Entre os diversos temas e assuntos acompanhados e discutidos pelo CAE, com recomendações à Administração, merecem destaque: (i) **Auditoria Independente:** análise e acompanhamento do planejamento anual dos trabalhos dos auditores independentes e discussão da integridade e do processo

de elaboração das Demonstrações Financeiras, bem como das principais conclusões decorrentes das revisões trimestrais e da auditoria do exercício de 2025, incluindo a avaliação da independência dos auditores independentes. O desempenho da auditoria independente e a qualidade dos serviços prestados também foram avaliados pelos órgãos de governança da Companhia; (ii) **Auditoria Interna:** acompanhamento do plano anual de trabalho da Auditoria Interna, integralmente cumprido no período, bem como dos resultados dos trabalhos realizados e do andamento dos planos de ação decorrentes de apontamentos e recomendações. A área de Auditoria Interna também foi avaliada pelos órgãos de governança da Companhia; (iii) **Controles Internos:** acompanhamento do plano anual de controles internos para 2025, o qual foi integralmente cumprido no período, e supervisão dos trabalhos da área durante o exercício social, incluindo a implantação do projeto *IB Solution*, solução sistêmica que ampliará a sinergia das áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos. Acompanhamento do *status* dos planos de ação relativos às recomendações constantes da carta de controles internos emitida pelos auditores independentes; (iv) **Gestão de Riscos:** acompanhamento do processo de gerenciamento de riscos ao longo do exercício social de 2025; (v) **Compliance:** acompanhamento do plano de trabalho de *compliance* para 2025 e do *status* das denúncias recebidas por meio do canal de denúncias, incluindo indicadores consolidados e o andamento das apurações e medidas adotadas, bem como plano de treinamentos e comunicação da área; (vi) **Partes Relacionadas:** análise das transações com partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, e respectiva divulgação nas demonstrações financeiras; (vii) **Segurança da Informação:** acompanhamento do plano de *cybersegurança* na Companhia; (viii) **Contingências Relevantes:** acompanhamento das contingências e provisões relevantes da Companhia e respectiva divulgação nas demonstrações financeiras. **Conclusão:** No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto em seu Regimento Interno, os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Hypera Pharma, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas. Com base nas informações recebidas da Administração e da PwC, e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, os membros do CAE concluíram, por unanimidade, pela recomendação ao Conselho de Administração da aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 12 de março de 2026
Hugo Barreto Sodré Leal - Coordenador **Carla Alessandra Trematore** **Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chiment**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Hypera S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Hypera S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas na definição de premissas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Entre outros procedimentos, e com o apoio dos nossos especialistas, nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros (Notas 3(a) e 17):** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de marcas e patentes e os ativos na aquisição de investimentos em empresas é de R\$ 9.977.167 mil e R\$ 10.067.616 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, o que corresponde a cerca de 41% e 40%, respectivamente, dos ativos totais das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor recuperável desses ativos foi determinado pelo valor em uso, cuja recuperação é baseada em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com inerente alto grau de julgamento. Entre os pressupostos que mais impactam as projeções estão o crescimento das vendas com uso das marcas existentes e a taxa de desconto utilizada. Esse assunto permaneceu como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associado a fatos como a definição de unidades geradoras de caixa e os necessários julgamentos da administração na definição de premissas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Entre outros procedimentos, e com o apoio dos nossos especialistas, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos processos estabelecidos pela administração da Companhia para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas tributários e avaliadores de negócios, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo o crescimento das vendas, os impactos dos incentivos fiscais e a amortização fiscal de ativo. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração. Avaliamos se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizados pela administração da Companhia são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Tributos a recuperar, provisões e contingências fiscais, tributárias e trabalhistas (Notas 3(c), 13 e 24):** Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios estão as realizações dos tributos a recuperar e as estimativas relacionadas com as provisões e contingências fiscais, tributárias e trabalhistas. Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos em função da legislação. Algumas leis e regulamentos apresentam elevado grau de complexidade e, portanto, a mensuração, o reconhecimento e as divulgações relacionadas aos riscos e/ou, em certos casos, a aderência às leis e regulamentos, envolvem interpretação. Portanto, a decisão de reconhecimento de um ativo ou passivo e as suas correspondentes bases de mensuração ou, ainda, as divulgações de riscos consideram exercício de julgamento crítico da administração, a partir de posições de seus consultores jurídicos internos e externos. Pelas razões acima, esse tema permaneceu como um dos principais assuntos de nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos procedimentos para a mensuração, contabilização e divulgação dos temas em notas explicativas. Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos testes inspecionando documentação base de transações e solicitamos e obtivemos a confirmação dos principais processos diretamente com os advogados que patrocinam as causas e com o departamento jurídico interno, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido. Para selecionadas causas, solicitamos opiniões de assessores jurídicos e discutimos a razoabilidade dos prognósticos. Observamos que os critérios adotados pela administração para determinação dos tributos a recuperar e das provisões e divulgações em notas explicativas

estão consistentes com documentos recebidos e com a posição dos advogados e do departamento Jurídico da Companhia. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obt